

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas "CTSA3" e "CTSA4" e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2014.

Conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e legislação societária, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras elaboradas, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela CVM e estão identificadas como "Controladora". Essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRSs os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional da sua controlada a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(d) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(e) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(f) Investimentos--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(g) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(h) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(i) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os

ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(l) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(m) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(p) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(q) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau

normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(r) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2013, R\$0,3592 (R\$0,4155 em 31 de dezembro de 2012) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. Esses novos procedimentos não geraram efeitos nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
IAS 28 (Revisada 2011) e CPC 18(R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.
IAS 27 (Revisada 2011) e CPC 35(R2) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.
IFRS 10 e CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.
IFRS 11 e CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.
IFRS 12 e CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.
IFRS 13 e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.
IAS 19 (Revisada 2011) e CPC 33 (R1) - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.
Alterações à IFRS 1 – Empréstimos Subsidiados pelo Governo	Introduz requerimento de que as alterações à norma IAS 20 de 2008 sejam aplicadas de forma prospectiva na data ou após a data de transição para as IFRSs. No entanto, se a entidade obteve informação necessária para a aplicação do requerimento aplicável aos empréstimos subsidiados pelo governo como resultado de uma transação passada na data da contabilização inicial do empréstimo, ela poderá optar pela aplicação da norma IAS 20 de forma retrospectiva.
Demonstrações Financeiras Consolidadas, Acordos de Participação e Divulgação das Participações em Outras Entidades: Orientação para a Transição – Alterações às normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12	As alterações esclarecem os procedimentos de transição da norma IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, bem como a simplificação da transição para as normas IFRS10, IFRS 11 “Acordos de Participação” e IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”, limitando o requerimento de divulgação comparativa ajustada apenas para o exercício comparativo mais recente. Adicionalmente, para as divulgações relacionadas com as entidades não consolidadas, as alterações eliminarão o requerimento de apresentação das informações comparativas para períodos anteriores à adoção inicial da norma IFRS12.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Alterações à IAS 1 - Apresentação dos Outros Resultados Abrangentes(*)	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.
Alterações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros(*)	Introduz requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2009–2011	Alterações em diversas normas.

b) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2013. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010) – Instrumentos Financeiros(*)	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Data Efetiva Mandatória e Divulgações de Transição – IFRS 9 e IFRS 7(*)	Altera a data de aplicação da IFRS 9 para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 e altera os requerimentos de transição da IAS39 para a IFRS9.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 (IFRS9) e requerimentos de transição para adoção antecipada da IFRS9.
Substituição de Contraparte em Operações de Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge – Alterações à Norma IAS 39 (*)	As alterações permitem que a contabilidade de hedge seja mantida quando houver substituição de contraparte nas operações de derivativos, desde que determinados critérios sejam atendidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Alterações à norma IAS 36 (*)	As alterações restringem o requerimento de divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa apenas para períodos em que houver perda ou reversão de perda no valor recuperável dos ativos e expandem e esclarecem os requerimentos de divulgação aplicáveis quando o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa for determinado com base no valor justo menos os custos de venda do ativo ou unidade geradora de caixa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros(*)	Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014. Aplicação deve ser retroativa.

Entidades de Investimento – alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (*)	As alterações às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 introduzem o conceito de “Entidade de Investimento” nas IFRSs. As alterações estabelecem ainda uma exceção ao princípio geral de consolidação para Entidades de Investimento conforme a norma IFRS 10, introduzindo o requerimento de mensuração ao valor justo através do resultado de determinadas subsidiárias, em substituição à consolidação. Adicionalmente, as alterações determinam as divulgações requeridas para as entidades que atendem à definição de Entidade de Investimento.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Interpretação IFRIC 21 – Taxas (*)	Fornece orientações sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo ou entidade governamental, tanto para taxas que são contabilizadas de acordo com a norma IAS 37 quanto para aquelas em que há certeza com relação ao momento de contabilização e ao valor da taxa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010–2012	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011–2013	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Depósitos bancários	12.066	511	12.077	511
Depósitos no exterior	-	64	14	64
Cambiais a liquidar	766	242	766	242
	-----	-----	-----	-----
	12.832	817	12.857	817
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Cientes no mercado interno	91.656	99.092
Cientes no mercado externo	11.601	7.486
	-----	-----
	103.257	106.578
Provisão para devedores duvidosos	(11.243)	(10.984)
	-----	-----
	92.014	95.594
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 79 dias (84 dias em 31 de dezembro de 2012). O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Saldo no início do exercício	(10.984)	(10.166)
Adições	(316)	(818)
Baixas	57	-
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(11.243)	(10.984)
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 31 de dezembro de 2013 e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber. A composição das duplicatas a receber consolidadas por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
A vencer	79.929	91.903
Vencidas até 30 dias	6.579	2.382
Vencidas de 31 a 60 dias	2.002	61
Vencidas de 61 a 90 dias	217	131
Vencidas de 91 a 180 dias	622	439
Vencidas de 181 a 360 dias	223	302
Vencidas acima de 360 dias	13.685	11.360
	-----	-----
	103.257	106.578
	=====	=====

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente o saldo das duplicatas a receber.

5. ESTOQUES

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Matérias-primas e secundários	34.123	21.265
Produtos em elaboração	15.338	14.079
Produtos acabados	18.669	13.971
Peças de reposição	19.627	15.533
	-----	-----
	87.757	64.848
	=====	=====

6. CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

	Consolidado	
	2013	2012
Notas promissórias a receber (1)	12.761	-
Outros	12	12
	-----	-----
	12.773	12
Parcelas de curto prazo (2)	2.573	-
	-----	-----
Parcelas de longo prazo	10.200	12
	=====	=====

(1) Referem-se a 42 notas promissórias iguais no valor original de R\$290 mil vencíveis a partir de junho de 2014, mais uma nota promissória no valor original de R\$535 mil. Sobre todas as parcelas incidem juros equivalentes aos Certificados de Depósitos Bancários – CDI e possuem garantia hipotecária.

(2) as parcelas de curto prazo estão incluídas em “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total do investimento		Equivalência patrimonial	
	líquido	- %	exercício	2013	2012	2013	2012
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (*)	4.652	100	10.453	4.652	-	10.453	-
Santanense Argentina S.A.	8	100	(44)	8	-	(44)	-
				-----	-----	-----	-----
				4.660	-	10.409	-
				=====	=====	=====	=====

(*) Em janeiro de 2013, a Companhia constituiu a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., cujo objeto social é o de administrar ativos imobiliários que não mais são necessários para a atividade principal da Companhia.

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		2013			2012
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.440	-	1.440	1.305
Edifícios	2,4	50.763	(23.704)	27.059	28.096
Instalações	6,4	42.470	(32.132)	10.338	10.432
Equipamentos	6,7	183.244	(125.209)	58.035	42.931
Usina (CTS)	3,5	15.462	(7.458)	8.004	7.996
Móveis e utensílios	9,2	2.353	(1.626)	727	604
Veículos	9,2	20.527	(1.863)	18.664	711
Computadores e periféricos	20,0	5.146	(4.651)	495	483
Obras em andamento	-	46.170	-	46.170	24.192
Outros	-	371	-	371	371
		-----	-----	-----	-----
		367.946	(196.643)	171.303	117.121
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: "tecidos planos".

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2012	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	2013
Terrenos e benfeitorias	1.305	135	-	-	-	1.440
Edifícios	50.650	4	-	109	-	50.763
Instalações	41.078	83	-	1.309	-	42.470
Equipamentos	161.567	21.104	(724)	1.297	-	183.244
Usina (CTS)	13.244	443	-	1.775	-	15.462
Móveis e utensílios	2.270	226	(148)	5	-	2.353
Veículos (*)	1.343	20.134	(945)	-	(5)	20.527
Computadores e periféricos	5.250	180	(287)	3	-	5.146
Obras em andamento	24.192	24.820	(83)	(2.759)	-	46.170
Outros	371	-	-	-	-	371
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	301.270	67.129	(2.187)	1.739	(5)	367.946
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Adições no valor de R\$19.957 foram liquidadas com créditos acumulados de ICMS.

Depreciação acumulada:

	2012	Adições	Baixas	Transferên- cias	Varição cambial	2013
Edifícios	(22.554)	(1.150)	-	-	-	(23.704)
Instalações	(30.646)	(1.486)	-	-	-	(32.132)
Equipamentos	(118.636)	(7.251)	678	-	-	(125.209)
Usina (CTS)	(5.248)	(471)	-	(1.739)	-	(7.458)
Móveis e utensílios	(1.666)	(107)	147	-	-	(1.626)
Veículos	(632)	(1.877)	641	-	5	(1.863)
Computadores e periféricos	(4.767)	(170)	286	-	-	(4.651)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(184.149)	(12.512)	1.752	(1.739)	5	(196.643)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores no mercado interno	13.966	10.580	13.969	10.580
Fornecedores no mercado externo	402	325	410	325
Partes relacionadas	723	672	723	672
	-----	-----	-----	-----
	15.091	11.577	15.102	11.577
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 18 dias (13 dias em 31 de dezembro 2012).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2013	2012
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	US\$	2,3	2014	10.097	-
				-----	-----
				10.097	-
Moeda nacional:					
BNDES – capital de giro	R\$	TJLP + 3,0	2014	1.909	5.713
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2014	17.800	1.590
Banco Santander	R\$	TJLP + 3,0	2015	14.604	-
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	17.064	19.444
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2020	842	982
Banco do Brasil – Finame	R\$	4,5 e 5,5	2020	4.570	2.918
Banco Santander – Finame	R\$	3,5	2023	16.564	-
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	120,0 do CDI	2014	13.719	17
				-----	-----
				87.072	30.664
				-----	-----
Total				97.169	30.664
Circulante				(55.571)	(9.556)
				-----	-----
Não circulante				41.598	21.108
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$65.096 (R\$26.764 em 31 de dezembro de 2012).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2014	2015	2016	2017 a 2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	10.097	-	-	-	10.097
	-----	-----	-----	-----	-----
	10.097	-	-	-	10.097
Moeda nacional:					
BNDES – capital de giro	1.909	-	-	-	1.909
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	17.800	-	-	-	17.800
Banco Santander	104	14.500	-	-	14.604
Banco do Brasil – BNDES Progerem	10.731	6.333	-	-	17.064
Banco Bradesco – Finame	142	140	140	420	842
Banco do Brasil – Finame	394	610	631	2.935	4.570
Banco Santander – Finame	675	1.833	1.833	12.223	16.564
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	13.719	-	-	-	13.719
	-----	-----	-----	-----	-----
	45.474	23.416	2.604	15.578	87.072
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	55.571	23.416	2.604	15.578	97.169
	=====	=====	=====	=====	=====

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe “D” não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital social de R\$101.921 para R\$125.000, mediante a capitalização de R\$23.079, da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	35.381	32.024
Reserva legal	(1.769)	(1.601)
Reserva de isenção de imposto de renda	(1.452)	(1.567)
	-----	-----
Lucro líquido ajustado	32.160	28.856
Dividendos propostos	8.040	7.214
Dividendos intermediários pagos no exercício	(2.365)	(1.971)
Saldo de exercícios anteriores	288	329
	-----	-----
Dividendos a pagar	5.963	5.572
	=====	=====

Em 2013, os dividendos propostos totalizam R\$8.040, equivalentes à R\$0,2039 por ação ordinária e R\$0,2243 por ação preferencial e preferencial classe "D" em circulação. Os dividendos propostos serão pagos líquidos dos dividendos intermediários aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2013, no montante de R\$2.365, equivalentes à R\$0,0600 por ação ordinária e R\$0,0660 por ação preferencial.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora e consolidado			
	A receber		A pagar	
	2013	2012	2013	2012
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	1.392	424	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	938	1.095
	-----	-----	-----	-----
Total	1.392	424	938	1.095
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros Consolidados	
	2013	2012
	-----	-----
Coteminas S.A.	-	(1)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	1.128	(13)
Oxford Com. e Partic. S.A.	(115)	(63)
	-----	-----
Total	1.013	(77)
	=====	=====

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI). A Companhia paga comissão sobre aval de 1,3% a.a., para sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS. Em 2013, esse valor representa R\$52 (R\$144 em 2012).

Em 2013, a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$30.034 (R\$9.386 em 2012). As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

13. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, porém, em análise inicial estes impactos não são relevantes.

a. Incentivos fiscais

A unidade fabril de Montes Claros - MG, está localizada na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

O incentivo fiscal federal da Companhia está programado para expirar em 31 de dezembro de 2015.

Esse incentivo é calculado a partir das vendas brutas e do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do exercício.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes dos impostos	45.907	45.743	46.308	45.743
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(10.409)	-	-	-
Outras, líquidas	665	801	669	801
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	36.163	46.544	46.977	46.544
Imposto de renda e contribuição social	(12.295)	(15.825)	(12.682)	(15.825)
Incentivo fiscal - SUDENE	1.452	1.567	1.452	1.567
Outras deduções	317	456	317	456
Créditos fiscais não constituídos	-	83	(14)	83
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(10.526)	(13.719)	(10.927)	(13.719)
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	(9.475)	(13.322)	(9.876)	(13.322)
Impostos sobre o lucro diferido	(1.051)	(397)	(1.051)	(397)
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	Saldos em 2012	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 2013
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:				
Provisões diversas	6.670	(1.051)	247	5.866
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	6.670	(1.051)	247	5.866
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	2013
2014	1.473
2015	706
A partir de 2016	3.687

	5.866
	=====

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	9.703	24.891	9.703	24.891
PIS e COFINS a recuperar	874	-	874	-
IPI a recuperar	-	180	-	180
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	126	115	126
Antecipação de impostos	245	363	245	363
Outros	804	215	986	215
	-----	-----	-----	-----
	11.626	25.775	11.923	25.775
Circulante	(2.719)	(1.886)	(3.016)	(1.886)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante (*)	8.907	23.889	8.907	23.889
	=====	=====	=====	=====

(*) A parcela dos créditos de ICMS cuja expectativa de realização é superior a um ano é classificada no ativo não circulante.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial – PAES, em 31 de julho de 2003, visando à quitação de impostos e contribuições federais vencidas até 28 de fevereiro de 2003. O valor consolidado das dívidas incluídas no PAES está atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo amortizado em parcelas mensais iguais.

A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia entregou contestação administrativa e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionados o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a Companhia incluiu o principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais, para pagamento em 36 parcelas mensais.

A composição dos impostos parcelados é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
PIS e COFINS	254	765
INSS	-	300
ICMS - Exportação	5.032	-
	-----	-----
Total	5.286	1.065
Circulante	(2.135)	(823)
	-----	-----
Não circulante	3.151	242
	=====	=====

15. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários cuja perda estimada como possível no valor de R\$1.024. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Processos fiscais:		
INSS	1.754	1.833
PIS e COFINS	3.261	3.261
Contribuição social	1.055	310
Imposto de renda	1.075	1.075
ICMS	765	765
ICMS - Exportação	-	6.548
Trabalhistas	896	1.354
Cíveis e outras	137	383
	-----	-----
	8.943	15.529
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.849	8.161
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Contribuição social--Mandado de Segurança com o objetivo de garantir o direito de deduzir na base de cálculo da CSLL os encargos de depreciação e baixa de bens do ativo referente aos efeitos decorrentes da diferença existente entre a variação do IPC e a variação do BTNF, verificada no ano base 1990.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

ICMS--A Companhia é pólo ativo em ação anulatória de débito fiscal que trata de glosas de créditos do ICMS em fase de benefícios unilaterais do imposto (guerra fiscal), e cujo valor foi depositado judicialmente.

ICMS – Exportação--A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia entregou sua contestação administrativa e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionados o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a Companhia incluiu o principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais (vide nota explicativa nº 13).

Trabalhistas--A Companhia é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2012	Adições	Baixas	Saldos em 2013
Processos fiscais:				
INSS	1.833	-	(79)	1.754
PIS e COFINS	3.261	-	-	3.261
Contribuição social	310	745	-	1.055
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
ICMS	765	-	-	765
ICMS – Exportação	6.548	-	(6.548)	-
Trabalhistas	1.354	643	(1.101)	896
Cíveis e outras	383	99	(345)	137
	-----	-----	-----	-----
	15.529	1.487	(8.073)	8.943
	=====	=====	=====	=====

16. OUTRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado na alienação de imóveis destinados à venda	805	6.941	11.761	6.941
Outros	1.262	(641)	1.263	(641)
	-----	-----	-----	-----
	2.067	6.300	13.024	6.300
	=====	=====	=====	=====

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS--								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	12.832	12.832	817	817	12.857	12.857	817	817
Duplicatas a receber	92.014	92.014	95.594	95.594	92.014	92.014	95.594	95.594
Outros créditos a receber	6.085	6.085	1.583	1.583	9.286	9.286	1.583	1.583
PASSIVOS--								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	55.571	55.571	9.556	9.556	55.571	55.571	9.556	9.556
Fornecedores	15.091	15.091	11.577	11.577	15.102	15.102	11.577	11.577
Outras contas a pagar	154	154	2.128	2.128	154	154	2.128	2.128
NÃO CIRCULANTE:								
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos (*)	41.598	41.598	21.108	21.108	41.598	41.598	21.108	21.108

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como

ajuste de avaliação patrimonial e apresentados como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	766	242
Duplicatas a receber	11.601	7.486
Fornecedores	(401)	(318)
Empréstimos e financiamentos	(10.097)	-
	-----	-----
Total da exposição em Reais	1.869	7.410
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	798	3.626
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Baixa do Dólar	798 =====	(636) =====	(944) =====	(1.252) =====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados nas notas explicativas nºs 9 e 11 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	103.719	58.689	27.707	6.148	11.175
Fornecedores	16.038	16.038	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	119.757	74.727	27.707	6.148	11.175
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	97.169	30.664
Caixa e equivalentes de caixa	(12.857)	(817)
	-----	-----
Total da dívida líquida	84.312	29.847
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	272.420	245.031
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	356.732	274.878
	=====	=====

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica:

	Consolidado	
	2013	2012
Vendas líquidas:		
Brasil	354.929	343.967
Outros países	30.216	27.660
	-----	-----
	385.145	371.627
	=====	=====

19. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia apresenta suas despesas na demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(274.197)	(238.304)
Benefícios a empregados	(65.144)	(57.713)
INSS	(3.678)	(9.961)
Depreciação e amortização	(12.512)	(10.765)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	5.957	(8.095)
Outros custos e despesas	(259)	(818)
	-----	-----
	(349.833)	(325.656)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	(294.676)	(274.216)
Vendas	(32.807)	(30.871)
Gerais e administrativas	(20.030)	(18.636)
Honorários da administração	(2.320)	(1.933)
	-----	-----
	(349.833)	(325.656)
	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	479.958	462.036
Deduções das vendas	(94.813)	(90.409)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	385.145	371.627
	=====	=====

21. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.381	32.024
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	34.139	30.901
Ações preferenciais	1.242	1.123
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,8974	0,8123
Ações preferenciais – R\$	0,9872	0,8935
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

* * * * *